

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1001062-87.2015.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Ordinário - Duplicata
Requerente:	C&a Computadores Ltda
Requerido:	Braview Ind Prod Eletronicos do Brasil

C&A COMPUTADORES LTDA ajuizou ação contra BRAVIEW IND PROD ELETRONICOS DO BRASIL, pedindo a declaração de inexigibilidade da duplicata nº 20943, do valor de R\$ 7.224,53, haja vista a inexistência de base causal, e a condenação da ré ao pagamento das despesas decorrentes do protesto, além de indenização pelo dano moral decorrente do protesto indevido.

Citada, a ré contestou os pedidos, aduzindo que existiu, sim, relação contratual entre as partes, de compra e venda de mercadorias, sem pagamento do preço pela autora, o que ensejou negociação e emissão de outras duplicatas substitutivas das anteriores, as quais foram depois canceladas, embora uma delas tenha sido protestada. Alegou que ela própria, contestante, promoveu o cancelamento do protesto. Refutou a pretensão indenizatória, haja vista inúmeros outros apontamentos em desfavor da autora.

Manifestou-se a autora.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Afirmou a autora que *nada adquiriu da requerida que pudesse dar ensejo à emissão do referido título*, qual seja, a duplicata dita inexigível (fls. 1).

No entanto, houve, sim, um contrato de compra e venda entre as partes, consoante demonstrada por intermédio dos documentos de fls. 53/54, comprovado que a autora recebeu as respectivas mercadorias. E não negou

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

esse fato, nem demonstrou o pagamento do preço.

Segundo a ré, as partes renegociaram o valor e o prazo de pagamento, o que ensejou a emissão de cinco duplicatas, não pagas e encaminhadas a protesto. Ainda assim, retirou os títulos de protesto, um dos quais acabou sendo protestado.

Ainda segundo a ré, ela própria promoveu o cancelamento do protesto, pois deliberou protestar os dois primeiros títulos, que instrumentalizaram a relação jurídica de débito e crédito, após a compra e venda mercantil (fls. 36).

Destarte, cancelado o protesto, para prevalecer o crédito anteriormente constituído, ao invés daquele supostamente criado a partir da emissão das cinco duplicatas referidas, procede a pretensão declaratória de inexigibilidade especificamente dessa duplicata identificada na petição inicial. O provimento não atinge o crédito em si, decorrente da compra e venda mercantil, o qual inclusive é base de pedido falimentar.

A autora não comprovou ter experimentado despesa do valor de R\$ 601,11 (fls. 3). Não há documento algum a respeito e, ademais, afirmou a ré, sem impugnação da autora, que ela própria, ré, cancelou o protesto.

Improcede, também, o pedido indenizatório por dano moral.

Há outros registros desfavoráveis à autora, em banco de dados (fls. 63/65).

Há também ações judiciais contra ela, em curso nesta Comarca, inclusive nesta Vara. Uma rápida consulta à base de dados do TJSP mostra os processos existentes.

Consoante o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, na Súmula 385: "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento".

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, acolho em parte o pedido e declaro inexigível a duplicata do valor de R\$ 7.224,53, sacada pela ré contra a autora, decretando o cancelamento de seu protesto, constando que tal providência já foi materialmente tomada (se não tiver sido, expeça-se mandado de cancelamento). Mas rejeito o pedido condenatório ao pagamento de R\$ 601,11 e de indenização por dano moral.

Tal provimento não repercute em discussão a respeito do contrato mercantil a que alude a nota fiscal/fatura reproduzida a fls. 53/54.

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos e pelas custas processuais em igualdade.

P.R.I.C.

São Carlos, 08 de maio de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA
